

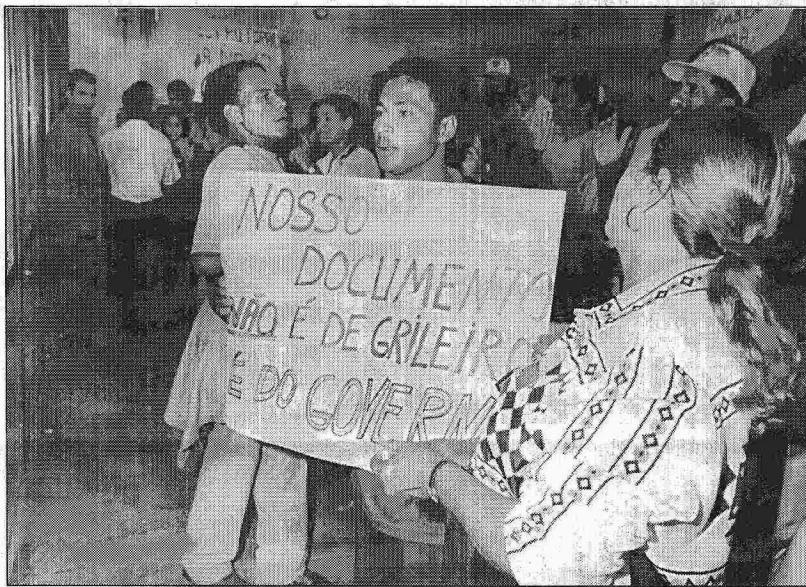
# Estrutural vive nova polêmica

## Projeto da oposição cria Setor Misto de Habitação, Indústria e Abastecimento

ANGELA OLIVEIRA

**O DILEMA** sobre a ocupação da Estrutural, onde vivem cerca de cinco mil famílias, ganhou esta semana mais um capítulo. Apesar de o governo ter firmado posição de transferir os moradores da área para outras regiões do Distrito Federal, um grupo de deputados da oposição apresentou na última terça-feira um projeto de lei complementar criando, na Estrutural, o Setor Misto para Habitação, Indústria e Abastecimento. O projeto acabou de aterrissar na Câmara Legislativa, mas os moradores já fazem pressão para a aprovação da matéria. Os governistas afirmam que a proposta precisa ser debatida com a sociedade.

Pelo projeto, 20% do terreno de aproximadamente 700 hectares serão destinados à habitação, área suficiente para atender todas as famílias assentadas na Estrutural, segundo um dos autores da matéria, o deputado José



Francisco Stuckert

Moradores foram à Câmara pressionar pela aprovação da proposta

Edmar (PMDB). Os 80% restantes serão utilizados para a instalação de indústrias. Aliás, o governo já possui um projeto que prevê a implantação de indústrias no local. Edmar havia apresentado há cerca de três anos um pro-

jeto nesse sentido, mas não houve acordo para votar a matéria. Ele propunha a destinação da área apenas para residências.

**Moradores** — A pressão dos moradores para que o novo projeto

fosse colocado em pauta começou na terça-feira, dia em que a matéria deu entrada na Casa. Eles passaram a noite na galeria e durante a manhã de ontem tentaram convencer os distritais a colocarem o projeto na ordem do dia.

O deputado José Edmar tentou fechar um acordo para a votação da matéria, mas a presidente da Casa, a petista Lúcia Carvalho, foi taxativa: o governo já tem uma posição sobre o assunto, os moradores da Estrutural serão transferidos para outras áreas, como, por exemplo, o Recanto das Emas. Ela ressaltou que várias famílias já aceitaram a transferência, mas assinalou que o projeto precisa ser discutido pela sociedade. “Dificilmente, esse projeto será votado este ano”.

O líder do governo, deputado Wasny de Roure (PT), também é a favor de um debate sobre a proposta com a sociedade. “O assunto é polêmico, precisamos da participação da população e de órgãos como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) nas discussões”, afirmou.